

O GRUPO DE ESTUDOS DO AÇÚCAR EM PERNAMBUCO: PRIMEIRAS ANÁLISES

Arthur Victor Barros[1]

Resumo
Em 1963, foi criado um organismo de natureza técnica destinado à elaboração de um planejamento global e orgânico de soluções, a curto e longo prazo, cuja missão era o melhoramento da produção de cana-de-açúcar em Pernambuco, através da promoção de estudos, desenvolvimento de pesquisas e realização de acordos técnicos com instituições internacionais. O Grupo de Estudos do Açúcar (GEA) pertenceu ao quadro burocrático da Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE) e era composto de membros oriundos do setor agroaçucareiro no estado que, diferente da geração anterior, procuravam se distanciar da imagem do "usineiro tradicional", vinculado ao atraso técnico e responsável por esgotar ao máximo a indústria do açúcar. Portanto, essa proposta de comunicação pretende levantar alguns indícios preliminares sobre a formação e estruturação do GEA, concentrando a análise na figura de dois membros cuja importância é significativa: Renato Bezerra de Melo, presidente da FIEPE, do Sindicato do Açúcar e presidente do GEA; e Jordão Emerenciano, coordenador-geral e mentor intelectual do grupo. Parte desse comentário será formado tomando como pista inicial o documento intitulado "Noticiário sobre as atividades do GEA (1963)", marco norteador das atividades do grupo.

Palavras-chave: História. Cultura. Açúcar.

Introdução

Em 1963, uma parcela de usineiros de Pernambuco, representados na figura de Renato Bezerra de Melo, presidente tanto da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE) quanto do Sindicato da Indústria do Açúcar, estabeleceu o Grupo de Estudo do Açúcar (GEA)[2]. Sua missão consistia no desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas cujo objetivo geral era promover um melhoramento da produção açucareira no estado, através do planejamento

[1] Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). arthur.victor19@gmail.com
[2] Por uma questão de estética textual, ao fazer referência ao Grupo de Estudos do Açúcar, utilizarei tanto a sua sigla, GEA, quanto pela grafia Grupo, com a inicial maiúscula.



global, orgânico e racional da agroindústria em questão[3]. Na direção do Grupo estavam usineiros que se apresentavam como "empresários do açúcar", guiados por uma retórica modernizadora, aqui entendida como o emprego de tecnologia e desenvolvimento do progresso científico aplicado na produção de açúcar em Pernambuco. O presente artigo, portanto, procura levantar questionamentos iniciais referentes à formação do Grupo de Estudos do Açúcar como um organismo representante de uma nova classe emergente, os "empresários do açúcar". Assim como procura demonstrar as ligações desse grupo com os interesses do capital internacional, representado à época pelo programa socioeconômico norte-americano da Aliança para o Progresso.

Esta análise fundamenta suas bases no materialismo histórico, método que possibilita observar as atividades reais dos ser humanos, a partir de suas ações, expondo o "desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos" do processo ao qual está inserido. Munidos dessa lente teórico-metodológica, a análise apresentada parte do fundamento a partir das ideias apresentadas por Karl Marx em A Ideologia Alemã (2005). Neste caso, o GEA pode ser entendido como um espaço onde formadores de uma nova consciência dentro da classe dominante propõe uma modificação no pensamento relacionado ao emprego de uma nova forma para a exploração do trabalho, atrelada à retórica modernizadora, embora há uma permanência das desigualdades sociais e exploração do trabalho. Logo, "os homens ao desenvolverem sua produção material e relações materiais, transformam, a partir de sua realidade, também o pensar e os produtos do seu pensar" (MARX, 2005, p.52).

Por se tratar de um organismo de classe onde o conhecimento era produzido por seus membros, internos ou externos, as contribuições de Antonio Gramsci sobre os conceitos de "empresário capitalista" e "intelectual urbano" são necessárias, embora seja necessário ampliar nossos recursos e tomar emprestados algumas questões de método formuladas por historiadores recentes. Partindo do paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1989, p.152) é possível entender e formular melhor os conceitos gramsciano. Neste caso, nosso indício é a figura do coordenador-geral do GEA, o advogado e ex-chefe do gabinete civil do governo Cid

[3] **Noticiário sobre as atividades do GEA (1963).** Listagem preliminar do fundo GEA, vol.17 (1968-69). Disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).



Sampaio, Jordão Emerenciano. Suas colocações apresentadas num relatório sobre as atividades desenvolvidas pelo Grupo, em 1963, permitem levantar questionamentos que estão relacionados à construção da imagem do "empresário do açúcar", assim como possibilitará identificar seu papel como intelectual orgânico de uma classe emergente.

Por fim, uma pequena nota sobre as fontes. Por ser o GEA um grupo pensado a partir da visão dominante é necessário um cuidado maior na análise e interpretação documental, isto é, a precaução possibilita não incorrer em uma narrativa histórica oficial, vinculada à perspectiva das elites. O olhar crítico enxerga as contradições da retórica "modernizadora", ou seja, a permanência de práticas que reforçam as desigualdades de classe. Portanto, é necessário identificar e questionar os interesses políticos e posicionamentos ideológicos expressos nas fontes (ABREU E LIMA, 2002, p.25 e MELO, 2014, p.164). Os questionamentos apresentados aqui são parte de uma pesquisa em estágio inicial, passível de erros e posteriores revisões.

Formação e estrutura do GEA

A constituição do GEA ocorreu a partir da publicação do documento Assessoria Técnica, regimento que lhe atribuiu a função de órgão auxiliar subordinado à FIEPE. A presidência do GEA era exercida pelo presidente da FIEPE, enquanto o coordenador-geral era responsável por conduzir as atividades do Grupo. Um quadro técnico formado por especialistas e funcionários internos ou externos completava a estrutura administrativa do Grupo.

Sua estrutura de funcionamento apresenta uma hierarquia bem definida. O GEA possuía natureza consultiva e todas as questões relacionadas à função executiva estavam concentradas nas mãos dos diretores da FIEPE[4], ou seja, o controle era exercido através dos usineiros e industriais locais, o que possibilita reforçar nossa interpretação como um grupo que exerce seu papel como classe[5]. Para coordenar as atividades do GEA foi escolhido como coordenador-geral o nome

[4] **Regimento de Assessoria Técnica (s/d)**. Listagem preliminar do Fundo GEA, Vol.011 (1962-1964). Disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

[5] Assim compunha a direção do Grupo: Renato Bezerra de Melo (Usina Central de Barreiros, Santo André, Rio Una e Santana), Alfredo Maurício Fernandes (Usina Mussurepe), Gustavo Colaço Dias (Usina Nossa Senhora do Carmo), Marcelo Cabral da Costa (Usina Pumaty) e Ricardo Pessôa de Queiroz (Usina Santa Terezinha).



de Jordão Emerenciano, advogado e ex-chefe do Gabinete Civil durante a administração Cid Sampaio.

As atividades desempenhadas pelo Grupo eram realizadas através de relatores alocados em pastas específicas e designados por Renato Bezerra de Melo, presidente da FIEPE. A distribuição dessas pastas estava de acordo com os seguintes setores: geográficos, solos, agricultura, pragas e doenças, transportes, fábrica, oficinas mecânicas centrais, produtividade, fertilizantes, problemas sociais e problemas jurídicos[6]. As atividades técnicas, encabeçadas pela coordenação-geral e relatores, contava também com o apoio de especialistas externos ao Grupo. Neste caso, a presença de técnicos de outras instituições era permitida, desde que devidamente autorizado pelo presidente da FIEPE.

As reuniões do Grupo ocorriam ordinariamente na sala do Conselho da FIEPE e, extraordinariamente, no auditório do Serviço Social da Indústria (SESI), quando eram promovidas conferências e debates entre instituições, públicas ou privadas, científicas e técnicas. Nota-se também a participação de usineiros nesse processo. Os assuntos tratados nos encontros estavam relacionados a pesquisas, estudos e experimentos desenvolvidos, no campo ou em laboratórios, por técnicos nativos ou externos ao GEA. Para discutir o andamento desses processos, os relatores tinham o papel de preparar relatórios que eram debatidos em plenário na presença do coordenador-geral.

Nas reuniões, que aconteciam semanalmente, os relatores tinham a oportunidade de apresentar suas propostas. Cópias dos relatórios eram distribuídas entre os demais membros e, após uma segunda rodada de debates, um relatório final era confeccionado e encaminhado aos diretores da FIEPE, cuja função era distribuir o material produzido entre os usineiros e instituições interessadas[7]. Para

[6] Os cargos de relatores, com suas devidas qualificações, respectivamente: Gilberto Osório, professor universitário; João Wanderlei Costa Lima, técnico do Ministério da Agricultura; Bento Dantas, diretor da Estação Experimental dos Produtores; Carlos Antônio Albert, fitopatologista; José Holmes Mousinho, agrônomo; Antonio Vitor Martins Saldanha, engenheiro químico; Cláudio Randolfo de Paiva Lima, engenheiro e professor universitário; Alberto Figueiredo, professor universitário; Hélio Esteves Caldas, engenheiro; e Paulo Maciel, professor universitário, economista e ex-secretário da fazenda durante a administração Cid Sampaio. Disponível em: **Noticiário sobre as atividades do GEA (1963).** Listagem preliminar do fundo GEA, vol.17 (1968-69). Disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

[7] **Noticiário sobre as atividades do GEA (1963).** Listagem preliminar do fundo GEA, vol.17 (1968-69). Disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).



além dessas reuniões, o Grupo se reunia para tratar de questões orçamentárias, financeira, recursos humanos e aperfeiçoamento das funções administrativas[8].

O papel do coordenador-geral: um intelectual orgânico

O filósofo marxista italiano Antonio Gramsci aponta que cada grupo social atua na formação de uma ou mais camadas de intelectuais, responsáveis em manter uma homogeneidade e consciência da sua própria função, atuando não só na esfera econômica mas também na política e sociedade. Na condução dessas atividades a figura do empresário capitalista assume o protagonismo, capaz de produzir o "técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador da nova cultura" (GRAMSCI, 1995, p.03). A posição de superioridade dos empresários capitalistas possibilita a construção de uma capacidade dirigente e técnica não só na sua esfera de influência própria, como também em outras esferas próximas da produção econômica. Logo,

> Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os "prepostos" (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica. Pode-se observar que os intelectuais "orgânicos", que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, "especializações" de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu luz. (GRAMSCI, 1995, p.04)

Ao tomar como lente de análise as questões apontadas por Gramsci é possível identificar na formação das estruturas do GEA a figura de Renato Bezerra de Melo, presidente da FIEPE e do Grupo, como o empresário capitalista dotado da capacidade dirigente e técnica necessária à organização e implantação do novo modelo de exploração do setor açucareiro em Pernambuco. Para pôr em prática o esse processo, Renato Bezerra confiou em Jordão Emerenciano a responsabilidade de organizar as relações gerais exteriores à fábrica. Portanto, é possível associar o papel de Emerenciano como o intelectual orgânico do GEA, responsável por

[8] Ibidem.



elaborar as condições necessárias para a expansão do ideal dessa nova classe emergente, ou “empresários do açúcar”, classificação apresentada pelo próprio Grupo.

A figura de Jordão Emerenciano representa o indício de uma realidade maior e complexa. De acordo com o regimento de Assessoria Técnica, a função do coordenador-geral era desenvolver as atividades do GEA, através estabelecimento de normas para a padronização e desenvolvimento de projetos, solicitação de pessoal para compor o quadro técnico e burocrático além de estabelecer uma rede de contatos com instituições locais, nacionais e internacionais[9].

Para além desses indícios é preciso aprofundar nossa análise e desvendar as relações de classe que envolve a figura do coordenador-geral. Emerenciano é visto como o intelectual orgânico do tipo urbano, representante dos “empresários do açúcar”, responsável por formular uma nova consciência entre a classe dos produtores. Em Gramsci (1995, p.12):

> A sua função pode ser comparada à dos oficiais subalternos no exército: não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção; colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresário, elaboram a execução imediata o plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares.

As questões apresentadas até agora confirmam que o paradigma indiciário concentrado na figura do coordenador-geral do GEA revelam uma complexidade nas relações de classe do Grupo. Embora esta análise seja construída de forma incipiente, um questionamento inicial pode ser levantado: ao se projetar como grupo emergente dentro da classe dos usineiros, um conflito envolvendo duas gerações de usineiros se faz presente.

Um conflito intraclasse que coloca de um lado o “usineiro tradicional”, responsável por estagnar o setor açucareiro em Pernambuco através da superexploração da mão de obra desqualificada, negligência quanto ao emprego de soluções tecnológicas na produção, etc. Do outro lado estão os “empresários do açúcar”, “nova geração” de produtores interessados no emprego de tecnologia, mão

[9] Podemos citar como exemplo a relação do GEA com a United States Agency International Development (USAID), agência norte-americana de desenvolvimento socioeconômico responsável por operar as atividades da Aliança para o Progresso no Brasil durante a década de 1960.



de obra especializada e desenvolvimento de pesquisa visando a retomada do crescimento econômico da produção açucareira em Pernambuco.

Para tentar confirmar nosso questionamento, utilizaremos como base empírica o relatório produzido pelo GEA[10], assinado por Jordão Emerenciano, que demonstra o pensamento desenvolvido pelo Grupo em relação aos "usineiros tradicionais". No relatório, Emerenciano toma como ponto de partida o problema da estagnação do setor açucareiro em Pernambuco. A princípio, o coordenador joga parte da responsabilidade aos órgãos públicos e as políticas governamentais que, até aquele momento, não empenharam esforços para o planejamento global de soluções preferindo limitar-se a medidas emergenciais, principalmente referente à elevação dos preços de venda do açúcar, o que nem sempre era uma solução viável aos produtores[11].

A crítica quanto aos "usineiros tradicionais" aparece logo em seguida, quando Emerenciano chama a responsabilidade desse grupo quanto ao déficit da produção, resultado da falta de compromisso com o emprego de técnicas modernas na produção açucareira. Nas palavras de Emerenciano,

> Ao usineiro – alvo de todas as contradições e catalício de todos os ódios – foi atribuída à condição nada invejável, de agente causal dos males que afligem as populações da zona da mata, de todos os erros de uma economia subordinada a uma política de preços orientada por critérios políticos, todos os arcaísmos de uma estrutura social que está na dependência não apenas de determinada atividade econômica, mas de uma resultante de fatores. Dentro desse clima de deformação e distorção, o usineiro passou a ser olhado como um incapaz que esgota a sua indústria até o limite máximo, sem preocupar-se em solucionar seus problemas básicos[12].

A princípio não é possível definir um pensamento crítico claro de Emerenciano aos "usineiros tradicionais". Sua crítica vem logo em seguida, quando o autor realiza um apanhado histórico das tentativas modernização da produção açucareira em Pernambuco, destacando a falta de compromisso dos usineiros com o emprego de técnicas modernas. A argumentação de Emerenciano é sustentada pelos estudos do agrônomo Menezes Sobrinho, que desde 1925 alertou para a

[10] **Noticiário sobre as atividades do GEA (1963).** Listagem preliminar do fundo GEA, vol.17 (1968-69). Disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).
[11] Ibidem.
[12] Ibidem.



busca de soluções técnicas, dentro de um planejamento orgânico e objetivo, responsável pela reestruturação econômica do setor. As críticas de Menezes Sobrinho, apresentadas por Jordão Emerenciano, têm como alvo os usineiros que preferiam manter os laços de exploração tipicamente colonial, excedentes de mão de obra desqualificada e barata, mesmo diante da transformação tecnológica em vigor naquele momento:

> A cultura extensiva é grande responsável por este estado de cousas. O Brasil planta cana desde o primeiro quartel do século XVI e os processos de cultura não têm evoluído como fora para desejar. Numa época, toda voltada à experimentação científica, às pesquisas de laboratórios, à agricultura extensiva, numa época em que o lema – máximo rendimento com mínimo de despesas – é a preocupação de todo produtor, cuja consequência é a mínima produção e portanto o máximo custo[13].

Quando Emerenciano utiliza-se das críticas de Menezes Sobrinho para afirmar que não é somente as ações implantadas pelo Governo Federal que agravam a situação da economia açucareira, mas também resultado da negligência dos "usineiros tradicionais" quanto ao avanço científico e tecnológico, um conflito entre os dois grupos de usineiros pode ser identificado. De um lado, o Grupo de Estudos do Açúcar, representado nas palavras de seu intelectual orgânico, propôs, em linhas gerais, que o problema da estagnação econômica do setor açucareiro em Pernambuco estava relacionado ao atraso no emprego de pesquisas e tecnologias responsável pela modernização do setor. Esse questionamento apresentado pelo coordenador-geral representa a visão dos "empresários do açúcar" organizados em torno do GEA, empenhados no emprego de técnicas modernas destinadas à modernização da produção açucareira em Pernambuco.

Ao vincular esses problemas aos "usineiros tradicionais" através de um documento distribuído aos diretores do GEA, FIEPE e ao público em geral, Emerenciano reforça seu papel como intelectual orgânico a serviço de uma classe, neste caso os "empresários do açúcar". Ao mesmo tempo, ele deixa claro uma disputa pela condução e organização do planejamento da agroindústria açucareira em Pernambuco. A consciência formulada no GEA orientava-se por um discurso

[13] Ibidem.



modernizador, representado pelo emprego de pesquisas, tecnologia, maquinário e mão de obra especializada no campo.

Por fim, uma provocação deve ser considerada quando há um grupo de usineiros preocupados com a "modernização" da produção açucareira. Gramsci (1995, p.05) ainda aponta que cada grupo social "essencial" surge a partir da estrutura econômica anterior, aqui entendido como "categorias intelectuais preexistentes", as quais aparecia como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.

Apesar da classificação "empresários do açúcar", o comprometimento com a modernização da produção e, principalmente, uma tentativa de distanciamento da figura do "usineiro tradicional", as propostas apresentadas pelo Grupo de Estudos do Açúcar não diferencia dos usineiros que tanto criticavam. Apesar do discurso modernizador, o GEA mantém suas bases na concentração fundiária, reforçando os laços de exploração baseados no modelo de *plantation*[14]. Ao propor uma modernização sem tocar em questões seculares, como o problema do latifúndio e a superexploração da mão de obra, fica claro que os "empresários do açúcar" não diferenciam em nada dos "usineiros tradicionais", mesmo que mascarassem seu caráter de exploração por meio de uma roupagem moderna[15].

Modernização da produção açucareira e as relações com o capital internacional

[14] A melhor definição desse tipo de exploração do trabalho é encontrada em Sidney Mintz. Sua importância retoma um conceito amplamente utilizado na historiografia, ou até mesmo em outras literaturas, e que, segundo a historiadora Christine Dabat, "é inevitavelmente citado ou ao menos aludido em qualquer escrito que trata de produção agrícola no Brasil como em outras terras de conquista, seja lá qual for a disciplina praticada" (DABAT, 2010, p.33). Trata-se do conceito de *plantation*, proposto por Mintz e pelo antropólogo Eric Wolf, e descrito no artigo de 1957 intitulado "Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas" (MINTZ, 2010, p.169). No artigo, os autores abordam os dois tipos de organização social empregados na produção de cana no Caribe, fazendas e plantações. Embora os esforços dos autores tenham como objeto de análise as plantações em Porto Rico, Jamaica e México, as análises descritas no artigo também permitem a aplicação em outros territórios da América Latina, em especial no Brasil.

[15] Apesar dessas contradições, a Assessoria Técnica da FIEPE manteve um grupo para estudar à Reforma Agrária em Pernambuco, nos moldes propostos pela Aliança para o Progresso e com vistas de evitar uma revolução ou que ela fosse realizada sem a participação, ou anuência, dos grandes latifundiários. Para maiores questões ver: **Regimento de Assessoria Técnica (s/d)**. Listagem Preliminar do Fundo GEA, Vol.01 (1962-1964). Disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).



Não é possível dá como encerrada nossa análise sobre quem eram os "empresários do açúcar". Neste caso, é preciso ir além ao propor aprofundar a nossa análise e assim trazer à superfície ligações maiores do GEA com outras instituições. Observando o plano internacional e contexto à época imediatamente um questionamento pode ser feito: onde os "empresários do açúcar" buscavam apoio ideológico para propor uma modernização no setor de produção agrícola em Pernambuco?

Para responder essa pergunta é necessário entender o plano de fundo sócio-político à época. Em março de 1961, o então presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, num encontro com os embaixadores latino-americanos, anunciou a criação de um programa de ajuda técnica e econômica denominado Aliança para o Progresso. O plano consistia num transformação, no prazo de dez anos, da realidade socioeconômica da América Latina através de investimentos em ações de combate à pobreza e ao analfabetismo, além da promoção do desenvolvimento econômico desses países[16].

Em agosto desse mesmo ano, na cidade de Punta del Este, no Uruguai, os embaixadores membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) se reuniram para a elaboração do marco legal responsável por nortear as atividades da Aliança para o Progresso no continente. O resultado foi a promulgação da Carta de Punta del Este. Neste documento é possível encontrar indícios da orientação ideológica adotada pelos "empresários do açúcar" a partir de 1963, quando o Grupo de Estudos do Açúcar foi estabelecido. O objetivo número quatro da carta descreve:

> Acelerar o processo de uma industrialização racional, para aumentar a produtividade global da economia, utilizando plenamente a capacidade e os serviços, tanto do setor privado como do público, aproveitando os recursos naturais da área e proporcionando ocupação produtiva e bem remunerada aos trabalhadores total ou parcialmente desempregados. Dentro desse processo de

[16] Na prática, as ações da Aliança para o Progresso, em especial no Brasil, serviram como instrumento do intervencionismo norte-americano nos países onde "uma ameaça comunista" fosse enxergada. Para maiores informações sobre o tema ver: BARROS, Arthur Victor. **"A pobreza como estopim da revolução": a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964).** Orientadora: Profª. Drª. Christine Rufino Dabat. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2017. BETFUER, Leonardo Laguna. **Pernambuco e a Aliança para o Progresso: ajuda econômica regional no Brasil de João Goulart.** Dissertação de mestrado. Orientador: Felipe Pereira Loureiro. São Paulo, 2019.



> industrialização, prestar atenção especial ao estabelecimento e à expansão das indústrias produtoras de bens de capital[17].

A análise apenas desse dispositivo toma proporções genéricas, revelando uma imprecisão quanto à aplicação dessa resolução para indústria agrícola. Para resolver essa abstração foi incluído o objetivo cinco, que apresenta a necessidade do aumento da produtividade e produção agrícola por meio de ações que abrange os serviços de armazenamento, transporte e distribuição da produção[18]. O reforço para essas ações é apresentado em elementos presentes no segundo título da Carta, ao tratar dos planos de desenvolvimento econômico e social: reforço à base agrícola através de fomento às instituições locais de pesquisa científica pura e aplicada, desenvolvimento amplo e eficaz dos recursos econômicos poucos explorados e aproveitados, extensão, crédito, assistência técnica, pesquisa e mecanização agrícola[19].

É possível identificar a adoção dessas propostas pelo GEA, grupo de iniciativa privada, representante da classe dos usineiros, apresentados agora como representantes de uma corrente democrática, voltada para o desenvolvimento econômico e social e pautada pela livre iniciativa[20]. Nas palavras de René Armand Dreifuss (1981, p.196-197), existia uma clara argumentação entre os empresários no Brasil, aqui incluído o GEA, relacionada à orientação quanto aos "postulados da modernização anticomunista da Carta de Punta del Este", apresentando assim um compromisso ideológico com os princípios da Aliança para o Progresso.

Considerações finais

Por hora, as discussões apresentadas permite levantar indícios sobre a formação e composição do Grupo de Estudos do Açúcar, assim como apresentar um conflito intraclasse em que uma visão modernizadora, alinhada com a retórica

[17] Carta de Punta del Este. DREIER. John C. (org). **A Aliança para o Progresso: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1962.
[18] Ibidem.
[19] Carta de Punta del Este. DREIER. John C. (org). Op. Cit. Também em: **Noticiário sobre as atividades do GEA (1963).** Listagem Preliminar do Fundo GEA, Vol.17 (1968-1969). Disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). **Regimento de Assessoria Técnica (s/d)**. Listagem Preliminar do Fundo GEA, Vol.01 (1962-1964). Disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).
[20] Ibidem.



anticomunista internacional, se projeta contra a figura do usineiro tradicional, responsável pelo atraso e baixa produtividade. As análises levantadas aqui não esgotam uma discussão inicial sobre o recorte e objetivo proposto. Pelo contrário, servem como teste teórico-metodológico, apresentando propostas de investigação e interpretação da documentação analisada.

Ao propor utilizar as lentes do materialismo-histórico, fundamentado nas teorias gramsciana, foi possível identificar indícios que demonstram os interesses de classe representados por uma nova geração de usineiros, os "empresários do açúcar", assim como revelar suas conexões com o capital internacional, ao orientar suas políticas de funcionamento aos princípios da doutrina econômica norte-americana, representada naquele momento pelo programa da Aliança para o Progresso. Nas palavras de Ginzburg (2002), a proposta deste artigo tem como princípio a busca de provas, necessárias para a definição dos fatos, "no sentido mais amplo do termo, incluindo tudo o que se inscreve, de alguma forma, na realidade" (p.62). Dessa forma, os questionamentos apresentados até agora permite confirmar algumas questões propostas na introdução deste trabalho, como o papel de classe do GEA assim como suas relações com o capital internacional.

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2002.

BARROS, Arthur Victor. **"A pobreza como estopim da revolução": a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964).** Orientadora: Profª. Drª. Christine Rufino Dabat. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2017.

BETFUER, Leonardo Laguna. **Pernambuco e a Aliança para o Progresso: ajuda econômica regional no Brasil de João Goulart.** Dissertação de mestrado. Orientador: Felipe Pereira Loureiro. São Paulo, 2019.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre História**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CASTRO, Josué. **Sete palmos de terra e um caixão**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

DABAT, Christine. **Introdução**. In. MINTZ, Sidney W. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. Organização e tradução Christine Rufino Dabat. 2.ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.



DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. 2.ed. rev. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado - ação política, poder e golpe de classes**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910.** Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1977.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: História, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã: Feuerbach - a oposição entre as concepções materialista e idealista**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MELO, Demian Bezerra de. **O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão.** In. MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A Miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MINTZ, Sidney. **Dulzura y poder: el lugar del azúcar en la história moderna**. México: Siglo veintiuno editores s.a, 1996.

MINTZ, Sidney. **Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas**. In.
MINTZ, Sidney W. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. Organização e tradução Christine Rufino Dabat. 2.ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

ROGERS, Thomas D. **As Feridas mais Profundas: umas história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil**. 1ª ed. São Paulo; Editora Unesp, 2017.

RIST. Gilbert. **El Desarrollo: historia de una creencia occidental**. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2002.